



ASSOCIAÇÃO SINDICAL DOS PROFISSIONAIS DA POLÍCIA

ASPP / PSP



Membro efectivo do
Conselho Europeu dos Sindicatos de Polícia
(ONG no Conselho da Europa)

INTERVENÇÃO



Gérard Greneron
Presidente Honorário do CESP

Minhas Senhoras e meus Senhores
Caros colegas,
Caros amigos,

É com imenso prazer que volto a discursar perante vós.

Quando o Paulo Rodrigues me pediu que fizesse uma súmula da atividade mantida em conjunto pelo CESP e a ASPP/PSP, trouxe ao de cima uma série de memórias.

Sou testemunha do lugar consagrado ao sindicalismo policial após a reforma ligada à lei n.º 14 de 2002 e, desse modo, posso testemunhar as mudanças operadas.

Se o sindicalismo policial goza, nos dias de hoje, de um enorme crédito entre polícias e demais cidadãos, deve-se à ASPP/PSP e aos seus dirigentes, e a representatividade nacional que tem é a melhor prova disso.

A minha história profissional está intimamente ligada com a história da ASPP/PSP. Para os mais jovens de entre vós, esta história começou, provavelmente, ainda antes de terem entrado para a polícia. Estávamos então no século XX !

Assim, em Março de 1999, no 4.º congresso do CESP, em Atenas, a ASPP/PSP, então membro observador, tornava-se membro de pleno direito do Conselho Europeu de Sindicatos de Polícia.

Foi igualmente nessa ocasião que fui eleito, pela primeira vez, Secretário-Geral da organização.

Na sua resolução final, o congresso reivindicava:

- Permitir que todos os polícias participassem na melhoria e determinação das suas condições de trabalho,
- Afirmar o direito de criar um sindicato para os polícias de todos os países da Europa.

Um mesmo lugar e uma mesma data que haviam de criar um laço inseparável entre mim e a ASPP/PSP.

Mas esta ligação não se resume a esta data.

Foi também naquela altura que o CESP teve plena consciência do caso particular que se vivia na Polícia de Segurança Pública portuguesa no panorama sindical das polícias europeias!

Como é que num espaço europeu de liberdade, de segurança e justiça, criado pelo Conselho Europeu de Tampere em Outubro de 1999, onde se afirmava querer reforçar a segurança europeia comum, podia persistir uma exceção como a portuguesa?

Apesar de os outros países reconhecerem há muito tempo a liberdade sindical para as suas forças policiais, Portugal mantinha os seus polícias de segurança pública à margem dos direitos elementares, que são a liberdade sindical e o direito à negociação.

Em sintonia com os representantes da ASPP/PSP de então, defini este dossiê como prioritário e empenhei-me nele com todas as minhas forças, para fazê-lo evoluir favoravelmente.

Em Março de 2000, participei numa reunião de trabalho, em Lisboa, que qualificarei como ponto Alfa neste dossiê, onde estiveram dirigentes da ASPP/PSP e Bernardo Colaço - que todos conhecem bem - para prepararmos encontros com os grupos parlamentares da Assembleia da República.

A ASPP/PSP organizou, igualmente, um Seminário subordinado ao tema «A Polícia de Segurança Pública no século XXI», onde, pela primeira vez, participa o secretário de Estado que tutela a polícia.

É nesse momento que o CESP denuncia abertamente a situação da Segurança Pública em Portugal e anuncia que irá desenvolver todos os esforços legais para que esta seja corrigida junto do Conselho da Europa em Estrasburgo.

Na Cimeira de Nice, em Dezembro de 2000, os quinze membros da União Europeia decidem que o cerne de uma Europa Social passa pelo reforço da proteção dos direitos fundamentais e pela adoção de uma Carta europeia desses direitos.

Uma vez mais, poderia Portugal por um lado afirmar oficialmente tal vontade e não aplicá-la aos membros da segurança pública do seu país?

Palavra dada, palavra honrada!

Em **maio de 2001**, o CESP apresentou uma Reclamação Coletiva (n.º 11/2001), em nome da ASPP/PSP, no Comité Europeu dos Direitos Sociais, devido ao desrespeito dos artigos 5 e 6 da Carta Social Europeia.

Após vários meses de procedimentos e de negociações mantidas pela ASPP/PSP a nível nacional, a 19 de fevereiro de 2002 é votada a lei 14/2002, que permite a criação da Associação Sindical dos Profissionais da Polícia de Segurança Pública.

Em agosto de 2002, tendo em conta a evolução de “associações socioprofissionais” policiais para “associações sindicais”, tem lugar uma alteração estatutária que transforma a ASPP na ASPP/PSP.

A eleição dos dirigentes da ASPP/PSP para o período entre 2002 e 2005 fica agendada para 10 de outubro de 2002.

Esses direitos conquistados à custa de uma luta dura, permitiram construir, com uma base legal, as relações entre o sindicato e os representantes do Estado.

Contudo, tal não se traduziu numa tarefa fácil nos processos negociais e nas relações entre o sindicato e as instâncias dirigentes, que não foram um “mar de rosas”.

Surgiram outros obstáculos à realização de uma efetiva negociação coletiva perante a ASPP/PSP, que viria a fazer valer as suas posições com determinação e profissionalismo.

EURO 2004 :

Nessa altura, o CESP criou, por solicitação da ASPP/PSP, um grupo de trabalho ao qual estive associado, com dois polícias holandeses e um especialista belga que haviam organizado em conjunto o EURO 2000, na Bélgica e na Holanda.

Essa visita de estudo a Lisboa permitiu colocar em evidência a falta de equipamento coletivo e pessoal e a falta de condições dos que existiam.

A elaboração de um relatório acompanhado de um álbum fotográfico permitiu fazer chegar estas informações aos organismos que regiam o futebol europeu e aos governos dos países qualificados para o EURO 2004.

Este trabalho conjunto entre a ASPP/PSP e o CESP contribuiu de forma essencial para aquisição de equipamentos adaptados e indispensáveis para o normal funcionamento de um evento daquela envergadura.

A ASPP/PSP também desenvolve e suporta as suas reivindicações através de conferências e do recurso a especialistas:

Em março de 2006, a Conferência de Peniche é um exemplo.

Organizada pela ASPP/PSP, sob o tema *“Polícia de proximidade”* permitiu colocar *“Na Mira de Fogo”* uma série de questões:

- O pagamento de horas extraordinárias,
- O aumento da idade da aposentação e pré-aposentação,
- As revisões ao sistema de saúde,
- As condições de trabalho,
- A falta de material, etc.

O ano de 2006, volta a colocar em cima da mesa uma velha questão, o desrespeito pela negociação coletiva!

Desta vez, as alterações salariais não fizeram parte de uma verdadeira negociação e foram fixadas unilateralmente pelo governo.

Como tal, a pedido da ASPP/PSP, o CESP apresenta, a 7 de fevereiro de **2007**, uma nova Reclamação Coletiva (n.º40/2007) no Comité Europeu dos Direitos Sociais.

Nessa reclamação denunciava-se a ausência de uma verdadeira negociação, a recusa de informar claramente os parceiros sociais na determinação e melhoria das condições de trabalho, o que é contrário ao artigo 6.º, pontos 1 e 2 da Carta Social Europeia.

Recordo de cabeça muitas manifestações em que estive presente nas ruas de Lisboa, de conferências e de outras ações, durante as quais pude sentir o fervor e o empenho dos membros da ASPP/PSP:

- A 21 de maio de 2009, em Lisboa, 8 .000 polícias da PSP manifestam-se para mostrar ao governo português a sua indignação com a proposta de um novo estatuto profissional.

- A 7 de Abril de 2011, é apresentada uma queixa contra Portugal na Organização Internacional do Trabalho (OIT), pelo desrespeito do Estado português pela Convenção n.º 155, relativa à segurança e saúde no trabalho.
- A 3 de Novembro de **2011**, em Lisboa, o seminário “Os diferentes modelos de polícia na Europa”.
- Etc.

Para concluir, ainda que houvesse muito mais memórias em comum para recordar, detenho-me na última manifestação em que participei antes de deixar o cargo de Secretário geral do CESP.

Em 21 de Novembro de 2013, em Lisboa, tem lugar a manifestação organizada pela Comissão Coordenadora Permanente dos Sindicatos e Associações dos Profissionais das Forças e Serviços de Segurança, que junta os seus sindicatos mais representativos, em que os profissionais contestam o Orçamento do Estado de 2014.

É a primeira vez que Portugal assiste a uma manifestação de todos os profissionais de todos os setores da segurança, organizada entre a Praça Luís de Camões e a Assembleia da República.

O que dizer daquela verdadeira maré humana formada por profissionais da segurança que estavam na rua contra as reduções orçamentais que colocavam em causa a segurança de Portugal e, a outra escala a segurança europeia. Toda a gente se lembra disso!

Obrigado, mil vezes obrigado a todas e todos por me terem feito viver, ao vosso lado, estes momentos tão intensos, estes combates que, se não foram sempre coroados de êxito, foram sempre legítimos.

Desde então e até hoje, mesmo retirado da ação sindical quotidiana, continuo atento à ação da ASPP/PSP e a Portugal, por quem terei sempre um carinho especial.

Viva a l'ASPP/PSP
Viva o CESP

Gérard Greneron
Presidente Honorário dp CESP